

## ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB

Maiara de Arruda Nascimento<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como foco a disponibilização de instrumentos de descrição arquivística em meio digital. Trata-se de um estudo exploratório, baseado na técnica de levantamento bibliográfico. Publicações acerca do problema de pesquisa foram identificadas e adquiridas, sendo lidas e analisadas criticamente. O trabalho aborda as novas possibilidades de acesso aos arquivos, em meio ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), mais especificamente, os serviços de informação na *web*. Analisa a gênese e as perspectivas da descrição arquivística. Tece o panorama da normalização da descrição. Aborda que a representação de acervos em meio digital é viabilizada pela construção de instrumentos padronizados a partir de normas de descrição e pelo uso de padrões de metadados. Apresenta a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e o formato de metadados Descrição Arquivística Codificada EAD-DTD como os componentes que poderão ser utilizados, no Brasil, para a disponibilização digital de instrumentos descritivos. Verifica que a publicação na *web* de tais instrumentos se dá pela adoção de *softwares*, como o ICA-AtoM. Constata que a padronização e a codificação digital de instrumentos descritivos permitem a criação e a manutenção de instrumentos com alto grau de qualidade, simultaneamente acessíveis e preserváveis ao longo do tempo, além de possibilitarem uma maior difusão dos arquivos junto à sociedade.

**Palavras-chave:** Representação da Informação Arquivística, Descrição Arquivística, Instrumentos de Descrição Arquivística na web

### 1 INTRODUÇÃO

Com a propagação crescente das ferramentas tecnológicas, existe uma forte tendência de disponibilização dos serviços arquivísticos em espaços virtuais. A princípio, entende-se que a disponibilização *online* destes não acarretará o desaparecimento dos tradicionais serviços oferecidos pelas instituições arquivísticas, mas a possibilidade de dispor de informações orgânicas na “grande teia” que constitui a *web* deve ser cada vez mais considerada pelos profissionais que atuam em arquivos.

---

<sup>1</sup> Arquivista da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão em Arquivos (UFSM).  
E-mail: maiara.an@gmail.com

A disponibilização das informações arquivísticas em espaços virtuais passa a adquirir significado quando se aponta para a grande visibilidade que os arquivos poderão alcançar. Trata-se, assim, de uma oportunidade singular de atrair, às instituições arquivísticas, um público distinto do habitual, caracterizado principalmente por historiadores e estudantes. Pretende-se, a partir da divulgação das informações orgânicas registradas na *web*, atingir os cidadãos comuns, para que estes percebam o arquivo como componente essencial no desenvolvimento da cidadania, na busca por ações transparentes da esfera pública e na preservação da identidade e da memória cultural.

Esse trabalho, portanto, se justifica, num primeiro momento, por ser uma forma de incentivar os arquivos a utilizarem-se dos ambientes virtuais na divulgação de seus acervos. As possibilidades de uso de tais ambientes são diversificadas, propiciando desde informações gerais sobre a entidade custodiadora e os fundos que constituem o acervo, bem como a disponibilização de serviços, tais como o atendimento via correio eletrônico e a consulta virtual aos documentos custodiados.

Embora exista uma propensão da oferta dos serviços de informação arquivística na *web*, por outro lado, percebe-se que a disponibilização virtual dos produtos da representação de acervos é uma atividade ainda pouco difundida e vivenciada pelos arquivos brasileiros. Lembra-se que a divulgação de tais instrumentos pressupõe o entendimento e aplicação de normas de descrição e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Dessa forma, esse trabalho também pretende promover, entre os profissionais que atuam em arquivos, um maior conhecimento em relação ao modo como se processa a representação virtual de documentos.

Neste contexto, o propósito deste artigo é investigar os componentes necessários para que as instituições arquivísticas brasileiras disponibilizem, em ambientes digitais, a representação das informações descritivas referentes aos seus acervos. O trabalho se encontra dividido da seguinte forma: na “Introdução”, a pesquisa é contextualizada; na “Metodologia”, apresentam-se os métodos, os procedimentos e as etapas realizadas; segue o capítulo “A virtualização dos serviços de informação arquivística”, que aborda a tendência de disponibilização dos serviços de informação arquivística na *web*; após segue o capítulo “Descrição arquivística: gênese, evolução e novas possibilidades”, cuja finalidade é apontar a criação, o desenvolvimento e as perspectivas da representação da informação em arquivos. Por fim, tem-se a “Conclusão”, que sintetiza os resultados obtidos e apresenta as contribuições do trabalho.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa classifica-se como exploratória, visto que sua finalidade primordial foi proporcionar uma maior compreensão em relação ao assunto abordado. Neste sentido, foi utilizada a técnica de levantamento bibliográfico. A característica marcante desse tipo de técnica é colocar o pesquisador a par do que já foi produzido a respeito do tema proposto (TOGNETTI, 2006). Portanto, a leitura de livros, artigos científicos e demais publicações que tratam do objetivo da pesquisa se constituiu no principal meio para coleta de dados. Assim, a NOBRADE e o formato de metadados EAD-DTD foram estudados, por se julgar que estes são alguns dos componentes essenciais para a disponibilização dos instrumentos de referência na *web*.

Quanto às etapas do trabalho, num primeiro momento, foi necessário realizar uma identificação prévia dos materiais relacionados ao tema de estudo. Para isso, foram promovidas buscas junto aos principais periódicos da área, revistas eletrônicas, portais de instituições arquivísticas, anais de congressos e demais eventos científicos na área da Ciência da Informação, além da consulta ao banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os principais termos utilizados na busca virtual, tendo em vista o problema da pesquisa, foram os seguintes: “representação da informação”, “representação das informações arquivísticas na *web*”, “descrição arquivística”, “normas de descrição arquivística”, “instrumentos de descrição” e “serviços de informação arquivística na *web*”.

Por meio da leitura e análise dos índices e resumos dos materiais identificados, procedeu-se à seleção das publicações consideradas de maior relevância para a pesquisa. A seguir, as publicações adquiridas foram compiladas e classificadas em relação aos assuntos abordados, aos tipos de publicação e sua relevância. A fase seguinte foi destinada à leitura atenta e minuciosa das publicações obtidas. Após, teve início a etapa de análise crítica da bibliografia, cujo objetivo foi o estabelecimento de interpretações das leituras realizadas e a comparação das ideias expostas por diferentes autores.

Por fim, ocorreu a etapa do fichamento, que compreendeu a redação sucinta dos principais conteúdos estudados nas obras, a transcrição na íntegra de citações dos materiais, a elaboração de análises críticas dos conteúdos e as referências bibliográficas completas das publicações.

A seguir, será apresentado o capítulo “A virtualização dos serviços de informação arquivística” em que se discute o papel dos serviços de informação arquivística frente ao emergente panorama tecnológico e dentro da perspectiva das necessidades e anseios da sociedade da informação.

### **3 A VIRTUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

Com o advento dos espaços de informação virtuais, instituições como arquivos, bibliotecas e centros de documentação presenciaram o surgimento de uma nova categoria de usuários, os virtuais, ou ainda, usuários remotos, o que alterou significativamente o modo de comunicar os conteúdos informacionais. Sob esta perspectiva, Jardim (1999) aponta que o conceito de “lugar” tornou-se secundário tanto para quem gerencia a informação, quanto para quem desta se utiliza, pois a ênfase na gestão informacional se transferiu do acervo para o acesso, do estoque para o fluxo da informação e dos sistemas para as redes. Isso permitiu que as instituições provedoras da informação adquirissem novas vocações, ao mesmo tempo em que renovaram e superaram funções históricas.

Miranda et al (2000) relata o papel estratégico que essas instituições cumprirão no que se refere à democratização do acesso à informação e ao conhecimento, em face da utilização de ambientes eletrônicos, visto que arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação replicarão na *internet* o melhor da produção cultural, científica e técnica, visando sua preservação para as gerações futuras. O autor observa ainda que o caráter de serviço público e de preservação não é o objetivo primordial da grande maioria dos conteúdos disponíveis na rede, os quais são centrados na veiculação de informações de cunho imediato.

No que concerne ao universo arquivístico, as instituições de arquivos passaram a disponibilizar os seus serviços e produtos por meio de *websites*, constituindo os chamados serviços de informação arquivística na *web*. Conforme Sá (2005), estes espaços visam à ampliação da difusão dos acervos, possibilitando alcançar um público mais amplo e diversificado que o público que tradicionalmente recorre aos arquivos, cabendo aos profissionais da informação a tarefa de estruturar a disseminação das informações; mapear as necessidades dos usuários, o tipo de informação a ser divulgada e os temas mais consultados.

Em consonância com a autora supracitada, estão Negreiros e Vasconcelos (2009) que igualmente discutem essa nova tendência entre as instituições arquivísticas, mais especificamente os arquivos públicos, de dispor de suas informações na *web*. Para os autores, “os *sites* arquivísticos representam o retrato contemporâneo de instituições tradicionais muitas vezes escondidas em construções suntuosas que não despertam a curiosidade dos cidadãos, principalmente devido aos fatores culturais de valorização da memória e do passado” (NEGREIROS; VASCONCELOS, 2009, p.80).

Inúmeras possibilidades de oferta de serviços de informação arquivística podem ser exploradas por meio da *web*. O intercâmbio de informações, entre os usuários em si e entre as demais instituições que trabalham com informação, deve ser valorizado. Neste sentido, podem ser criados serviços de atendimento dos usuários por e-mail, criação de fóruns sobre temas específicos, *blogs* e *wikis*. Mecanismos de buscas de documentos em bases de dados por intermédio de nomes, data, local e assunto; a disponibilização digital dos instrumentos descritivos; o acesso virtual aos documentos digitalizados são, igualmente, algumas das possibilidades de serviços exequíveis.

Todo serviço de informação arquivística – *in loco* ou virtual – deve ser centrado fundamentalmente no papel social dos arquivos, isto é, na perpetuação da memória e da identidade cultural, na busca pela transparência dos organismos públicos e pelo exercício da cidadania. Assim, seu principal objetivo é difundir o acervo a partir do enfoque das necessidades dos usuários, procurando responder as seguintes questões: “por que”, “para que”, “para quem” e “como” disponibilizar as informações.

Aqui cabe destacar que estamos falando de uma sociedade cujo bem maior passou a ser a informação, portanto, estamos concluindo que os usuários, ao longo do tempo, se modificaram. Ao passo que, os sistemas de informação onde estes estão inseridos não acompanharam rapidamente tais transformações. Segundo Ferreira (1995), somente a partir da década de 1960 os usuários passaram a constituir o eixo dos estudos relativos à comunicação. As abordagens anteriores a esse período, não consideravam que os usuários já traziam consigo o seu *background*, isto é, os seus próprios estoques de informação e suas próprias experiências. Ignoravam, por outro lado, que o conhecimento em si não é absoluto e que uma mesma informação pode não suprir as necessidades de usuários diferentes. Já as abordagens emergentes representam grande avanço, por serem centradas nos indivíduos, objetivam analisar as características únicas de cada usuário para se chegar às cognições comuns à maioria.

Em relação às necessidades informacionais dos usuários virtuais, pode-se dizer que devem ser objeto de maiores considerações por parte dos profissionais de informação. Miranda et al (2000) afirma que a *internet* coloca o indivíduo, o cidadão no centro não somente como receptor passivo, mas como agente ativo, livre para escolher e interagir com os conteúdos, tornando-o, ao mesmo tempo, produtor e intermediário destes.

Já Oliveira [2007] vai mais longe, ao afirmar que os usuários virtuais poderão, inclusive, interferir nas políticas de organização e descrição dos conjuntos documentais. A autora salienta a contribuição do arquivista de referência nesse processo, uma vez que este será o responsável pela elaboração de mecanismos de busca para a pesquisa remota. Para tanto, deverá tomar conhecimento das necessidades informacionais destes tipos de usuários.

Mas, afinal, quem são os usuários das instituições arquivísticas na *web*? Grande parte dos autores da área relata dificuldades na identificação dos perfis desses novos usuários. De modo geral, pode-se dizer que são indivíduos que navegam pela *internet*, ávidos por determinada informação e que, movidos pela curiosidade, chegam até aos *websites* arquivísticos. São usuários de distintas especialidades, com interesses múltiplos e que, por isso, produzem novas demandas de informação aos arquivos.

Neste sentido, deve-se ressaltar que os serviços de informação arquivística na *web* devem possibilitar a autonomia dos usuários, racionalizando seus recursos e esforços. Para tanto, canais de comunicação com os usuários devem ser criados de modo a permitir que sejam identificadas suas necessidades e expectativas, ademais de elaborar mecanismos que identifiquem o grau de satisfação destes com os serviços ofertados (SÁ, 2005).

O próximo capítulo é destinado a discorrer sobre a descrição arquivística, sua origem, desenvolvimento, o panorama da normalização da representação em arquivos, bem como a descrição digital, face à era tecnológica.

## **4 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: GÊNESE, EVOLUÇÃO E NOVAS POSSIBILIDADES**

O procedimento de descrição é mencionado pela primeira vez na literatura arquivística na obra, datada de 1898, o “Manual de arranjo e descrição de arquivos” (ASSOCIAÇÃO

DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973), considerada um marco teórico para a Arquivística. Nesta publicação, percebeu-se que não houve preocupação por parte dos autores com o conceito de descrição, estes enfatizam os procedimentos e as regras a serem seguidas para a elaboração dos instrumentos descritivos. O objetivo dos autores foi estabelecer um processo padrão que contemplasse o conjunto de documentos, opondo-se a prática ligada aos historiadores, que costumavam descrever em maior profundidade somente os documentos considerados importantes.

Além de se constituir ensaio inicial da padronização do procedimento descritivo, o manual fornece uma diretriz que é amplamente utilizada nos dias de hoje. Os autores holandeses argumentam que a descrição deve iniciar pelas séries e volumes documentais, para só então, chegar até aos documentos soltos, visando obter uma visão geral do arquivo. Esta regra nada mais é do que hoje se convencionou chamar de “descrição multinível”, ou seja, a descrição que integra os diferentes níveis de organização do arquivo, partindo do mais genérico (fundo) até ao mais específico (peça documental).

A valorização dos instrumentos resultantes do processo descritivo persistiu nas obras seguintes. Os estudiosos tendiam a enfatizar os produtos resultantes da descrição, sem retratar a descrição como procedimento. Duranti (1993) assinala que a primeira definição de descrição arquivística ocorreu apenas em 1974, pela *Society of American Archivists*<sup>2</sup> (SAA). No entanto, a partir da década de 90, os estudos concernentes à descrição ganharam espaço e, com isso, as definições para o termo também evoluíram. O conceito apresentado pela SAA (2002), por exemplo, define a descrição como a criação de uma representação exata dos materiais de arquivo, a fim de identificar e explicar o seu contexto e os sistemas de registros que os produziram. Ainda de acordo com a SAA, a principal finalidade da descrição é possibilitar o acesso aos documentos.

É importante destacar as disparidades de acepções envolvendo o início do procedimento descritivo. Para Belloto (2006), existe uma distinção clara das atividades desempenhadas nos arquivos correntes, intermediários e permanentes, sendo a descrição uma atividade típica dos arquivos da última fase, ou seja, dos arquivos permanentes. Lopes (1996), por sua vez, destaca que a descrição inicia no processo de classificação, continua durante a avaliação e se aprofunda na elaboração de instrumentos de busca mais específicos, sendo difícil separar a descrição das demais atividades fundamentais da arquivística.

---

<sup>2</sup> “Sociedade Americana de Arquivistas”.



Um ponto a destacar é o papel relevante que os instrumentos de descrição conferem à representação arquivística. Rodrigues (2003) considera-os como responsáveis pela mediação entre as informações contidas nos documentos e os usuários, sendo instrumentos de acesso auto-explicativos. Para Sá (2005), os instrumentos descritivos são o primeiro contato do usuário com o arquivo, permitindo um acesso indireto que antecede a consulta, portanto, funcionam como uma primeira aproximação com o acervo da instituição.

No final da década de 1980, ocorreu, o que se considerou o grande salto de qualidade no tocante ao procedimento descritivo: a comunidade arquivística, representada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), reuniu-se para promover a criação de uma norma descritiva internacional, a fim de padronizar a descrição de documentos. Segundo Rodrigues (2003), foi somente após a criação do Comitê de Normas de Descrição pelo CIA, em 1989, que a representação das informações arquivísticas, tendo em vista o controle e o acesso, passou a ser efetivamente encarada como uma das etapas essenciais do trabalho arquivístico.

O processo de discussão em torno da normalização da descrição foi desencadeado em função do impacto das tecnologias, em especial, as relacionadas à computação, que possibilitavam, entre outros recursos, o intercâmbio de informações entre as instituições (HAGEN, 1998). Além disso, houve a percepção das vantagens alcançadas pelas bibliotecas, que passaram a ter procedimentos técnicos padronizados.

Para Rodrigues (2003), a publicação, em 1994, da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), que estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, foi fruto da necessidade da inserção do objeto de estudo da arquivística – a informação orgânica registrada – em um mundo globalizado, possibilitando o intercâmbio de informações nacional e internacionalmente. O pensamento da autora é compartilhado por Bellotto (2006), a qual afirma que a normalização da descrição arquivística poderá se tornar universal e terá condições de ser feita facilmente, de modo informatizado e uniforme.

Fox (2007) ao destacar as vantagens da padronização, explicita as dificuldades que os usuários têm para compreender os instrumentos descritivos, quando cada arquivo decide, de forma individual, como descrever o seu acervo. Para o autor, a normalização, por outro lado, tem o papel de tornar o trabalho arquivístico mais eficiente, ademais de ser um dos parâmetros para identificar o grau de conhecimento e capacidade de uma profissão. “Normalização é sobre consistência, não uniformidade” (FOX, 2007, p.30).



Contudo, a normalização da descrição vem esbarrando nas dificuldades de compreensão de uso das normas descritivas, conforme aponta Indolfo (2008). Leão (2006), por sua vez, aborda outras justificativas para a resistência ao uso de normas no cenário arquivístico, a saber: o caráter único dos arquivos; a influência do usuário/pesquisador; a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento; o isolamento e a independência dos arquivistas e a carência de recursos.

Muito embora o universo da normalização seja ainda alvo de controvérsias na área, o surgimento da norma ISAD (G) foi seguido pela publicação, pelo CIA, de outras importantes normas referentes à descrição, complementares à ISAD (G). Neste sentido, em âmbito internacional, foram elaboradas as seguintes normas: a Norma de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF), que fornece diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que favoreçam as descrições de entidades relacionadas à produção e à manutenção de arquivos; a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF), a qual dá instruções para a preparação de descrições de funções, visto que a análise das funções de entidades é base para muitas das atividades de tratamento documental; além da Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), que determina o tipo de informação que pode ser incluída em descrições de instituições com acervo arquivístico, e o *SEPIA Data Element Sets*<sup>3</sup> (SEPIADES) criado, pelo grupo de trabalho *Safeguarding European Photographic Images for Access*<sup>4</sup> (SEPIA), com a finalidade de descrever coleções fotográficas.

Já no cenário nacional, tem-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, sendo compatível com as normas internacionais. Publicada oficialmente em 2006, pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a NOBRADE estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD (G) e ISAAR (CPF). Tem por objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir minimamente na forma final em que as descrições são apresentadas. Pode ser utilizada em ambientes automatizados ou não, embora suas vantagens de uso sejam potencializadas em meio digital. Embora reconheça

---

<sup>3</sup> Em tradução livre: “SEPIA Conjunto de Elementos de Dados”.

<sup>4</sup> Em tradução livre: “Salvaguarda Européia de Imagens Fotográficas para Acesso”.

ser insuficiente para o intercâmbio nacional ou internacional de dados, a norma considera-se requisito fundamental para este intento.

Apesar de estar centrada nos pressupostos básicos da norma ISAD (G) – como a descrição multinível e o Princípio de Respeito aos Fundos -, a NOBRADE apresenta algumas peculiaridades, próprias de uma norma nacional, cujo objetivo maior foi adequar os padrões internacionais à realidade brasileira.

Sendo assim, a NOBRADE contempla seis níveis de descrição, um a mais do que a ISAD (G), além de níveis intermediários, outro aspecto novo. A inclusão do nível 0, se refere à entidade custodiadora; o nível 0,5, cabe quando a entidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que custodiam e propiciam acesso a acervos em diferentes endereços. Além disso, a norma brasileira prevê a existência de oito áreas de informação, compreendendo vinte e oito elementos de descrição. Em relação à ISAD (G), possui uma área e dois elementos adicionais. A nova área se refere à “Área de pontos de acesso e descrição de assuntos”, destinada a registrar os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição. Já os elementos de descrição adicionais (6.1 e 8.1), se referem ao estado de conservação da unidade de descrição e à indicação de pontos de acesso e indexação de assuntos, respectivamente. Dos vinte e oito elementos de descrição existentes, sete são considerados obrigatórios, a saber: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso. Destes sete elementos, os seis primeiros já eram considerados obrigatórios pela ISAD (G), e a inclusão do elemento “condições de acesso” se tornou obrigatório apenas para descrições em níveis 0 e 1.

Pode-se afirmar que a padronização da representação em arquivos, juntamente com a propagação das ferramentas tecnológicas, gerou uma série de perspectivas para a área descritiva. Contudo, a criação de instrumentos descritivos, a partir da aplicação de normas, é apenas o primeiro passo no que se refere à maximização do acesso aos documentos arquivísticos, face à sociedade da informação. O que se pretende é fazer uso das ferramentas de TIC's nos arquivos, criando serviços de informação arquivística na *web*, que possibilitem, aos usuários, o acesso remoto as suas bases de dados.

Neste sentido, a criação de instrumentos descritivos em meio digital deve ser considerado um avanço, visto que possibilita a implementação de colaboração técnica entre as instituições arquivísticas e uma maior visibilidade social aos arquivos. Sob este viés, Andrade (2010) argumenta que:

Os tradicionais instrumentos arquivísticos de referência coexistiram em suportes materiais que condicionavam seus formatos, porém, com a possibilidade de serem desenvolvidos em um ambiente de rede, a internet, os seus limites foram expandidos. Não há razão para que os formatos conhecidos até então sejam apenas reproduzidos em tal ambiente, que carrega em si uma carga de *possibilidades*, cujo ponto central é a participação dos usuários. (ANDRADE, 2010, p.40, grifo do autor)

Deste modo, a simples migração dos instrumentos descritivos analógicos para os ambientes digitais deve ser evitada. Por outro lado, instituições arquivísticas que utilizam sistemas diversificados e incompatíveis eletronicamente para disponibilizar seus instrumentos de descrição na *web*, comprometem a consolidação do intercâmbio de dados e o próprio acesso às informações arquivísticas, tendo em vista a questão da interoperabilidade.

Sobre a problemática da incompatibilidade entre os sistemas utilizados para descrever os arquivos, Fox (2007) observa que esta pode ocorrer sob duas formas: no nível de informação, quando cada instituição adota um modelo variável de conteúdo e de estrutura da descrição documental; e no nível técnico, quando os sistemas computacionais e suas aplicações fazem uso de tecnologias diferentes e inconciliáveis que dificultam, e muitas vezes, impossibilitam a troca de dados.

Possíveis soluções para as questões apontadas estão centradas na adoção de normas nacionais e internacionais para a estrutura e o conteúdo da informação arquivística e na aplicação do conjunto de formatos surgidos em meio ao mundo da *eXtensible Markup Language* (XML)<sup>5</sup> e que permitem o armazenamento, a indexação, a transmissão e a apresentação de dados em ambientes computacionais diversos. A XML é um padrão aberto, de domínio público, independente de *hardware* e *software*, que possibilita ao editor do documento a definição de suas próprias marcas, o que confere a este definições semânticas, permitindo que o documento em questão tenha melhores e maiores possibilidades de recuperação e disseminação. Este é o grande diferencial da XML em relação aos demais formatos, pois não existem elementos e marcas pré-definidas, o que faz com que o editor tenha a liberdade para utilizar desde atributos mais simples até padrões mais complexos.

Neste sentido, para Fox (2001 apud DI MAMBRO, RIBEIRO, 2009, p.93), as normas arquivísticas de descrição são consideradas padrões de estrutura de dados, na medida em que definem “o que se pode dizer” a respeito de um conjunto arquivístico, já os formatos baseados

---

<sup>5</sup> Em tradução livre, “Linguagem de Marcação Extensível”. Entende-se por linguagem de marcação, um conjunto de convenções utilizadas para a codificação digital de textos, que deve especificar que marcas são permitidas, quais são exigidas, como se deve fazer distinção entre as marcas e o texto e qual o significado da marcação.

na linguagem XML correspondem a padrões de comunicação, visto que possibilitam o compartilhamento de dados entre as instituições.

Aqui cabe definir a função que os metadados exercem no contexto da representação digital de arquivos. O e-ARQ Brasil define metadados como “dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo” (CONARQ, 2011, p.129). Para Marcondes (2006), os metadados são um conjunto estruturado de dados, que associados a recursos *web*, permitem a descrição, manipulação, gerenciamento, avaliação do nível de relevância e a recuperação dos documentos. Em outras palavras, os metadados fornecem os dados dos documentos de forma estruturada, respeitando os elos entre o conteúdo da informação e o seu contexto de produção, preservando suas relações com o organismo que os produziu, sendo essenciais para o processo de descrição em acervos.

Assim, para atender aos problemas suscitados pela ausência de padronização no armazenamento e recuperação de informações na *web* emergiram os padrões de metadados – também chamados esquemas – que servem para suprir as necessidades específicas de uma determinada comunidade. Isso quer dizer que a definição de padrões de metadados é feita por um grupo de especialistas que detêm o conhecimento sobre um determinado tipo de acervo (MÁRDERO ARELLANO, [2007]). Assim, o padrão de metadados Descrição Arquivística Codificada – Definição do Tipo de Documento (EAD-DTD)<sup>6</sup> surgiu para atender aos interesses da comunidade arquivística no que diz respeito à codificação das descrições arquivísticas em meio digital.

A EAD-DTD é definida como uma estrutura normalizada de dados que reproduz, em formato digital, os instrumentos de descrição arquivística (PEIS REDONDO; RUIZ-RODRÍGUEZ, 2004). Trata-se, portanto, de um padrão de metadados que atribui significado às descrições arquivísticas digitais, tornando-as legíveis pelos sistemas computacionais. Baseada na norma ISAD (G), contempla a estrutura hierárquica da descrição multinível, dispondo dos mesmos elementos e princípios de aplicação.

A EAD teve início em 1993, a partir de um projeto da Biblioteca da Universidade de Berkeley, na Califórnia – Estados Unidos, sendo que após foi cedida à SAA, a fim de que o desenvolvimento da norma tivesse sequência e conquistasse a aceitação da comunidade arquivística norte-americana. Em agosto de 1998, a versão 1.0 da EAD foi lançada, sendo construída em conformidade com as tecnologias SGML e XML. Já em 2002 foi lançada a

---

<sup>6</sup> *Encoded Archival Description – Document Type Definition.*

versão 2.0, baseada no padrão XML, emergente naquele momento, mas também compatível com a linguagem SGML, e que contou com algumas modificações significativas em relação a sua versão anterior. Por se tratar de um padrão baseado na norma ISAD (G), esta nova versão implementou as mudanças trazidas pela segunda edição da norma internacional de descrição. Além disso, houve a exclusão de algumas etiquetas e a inclusão de novos elementos e atributos. Atualmente, é composta por cento e quarenta e seis etiquetas, as quais podem apresentar atributos, sendo estes os responsáveis pela qualificação dos elementos contidos nestas.

Silva (2003) especifica as principais vantagens do uso da EAD, a saber: o desenvolvimento de descrições arquivísticas em ambientes seguros, pois independe de *hardware* e *software*; o acesso remoto às informações descritivas; a maximização da disponibilização dos instrumentos descritivos; o comum entendimento de termos arquivísticos, tanto por parte de profissionais da área, quanto de pesquisadores e da comunidade em geral; e a possibilidade de unificação das descrições de acervos em um mesmo repositório, a partir de uma base de dados única – as redes de arquivo.

No que concerne a sua estrutura, a EAD é constituída por três segmentos: o <eadheader>, que traz informações referentes ao processo de elaboração e uso do instrumento descritivo; o <frontmatter>, que apresenta informações sobre o aspecto visual ou a publicação formal dos metadados; e o <archdesc>, que dispõe sobre as informações descritivas do acervo. Para ser considerado um documento EAD válido, o instrumento descritivo codificado deverá conter, em sua estrutura, os segmentos <eadheader> e <frontmatter>.

De acordo com Peis Redondo e Ruiz-Rodríguez (2004), os principais componentes informativos que integram o modelo EAD podem ser representados por meio de uma estrutura em formato de árvore, a qual demonstra claramente as relações hierárquicas entre seus elementos.

Tendo em vista o caso das instituições arquivísticas brasileiras, estas podem adotar a NOBRADE como a norma responsável pela padronização dos instrumentos descritivos e o formato de metadados EAD-DTD como o padrão de comunicação que permite o intercâmbio eficiente de dados sobre documentos (DI MAMBRO, RIBEIRO, 2009). A análise do repertório de etiquetas da EAD-DTD permite inferir que estas são compatíveis com os elementos da ISAD (G) e mesmo da NOBRADE, visto que a norma brasileira de descrição segue os princípios e regras da norma internacional. Em nota de rodapé, a NOBRADE afirma

que a adoção de um formato comum é imprescindível para o intercâmbio de dados e cita, como exemplo de formato a ser utilizado, o padrão EAD-DTD.

Como argumenta Silva (2003), é preciso que as instituições de arquivo façam uso do padrão EAD-DTD para comprovar se a descrição digital, a partir deste formato, é de fato eficaz. Esta afirmativa vai ao encontro da opinião de Andrade (2007), que apresenta, em artigo, as possibilidades de uso da NOBRADE e da EAD-DTD.

A partir da análise da EAD, pode-se inferir que os profissionais de arquivo poderão encontrar algumas dificuldades iniciais no que concerne à utilização da tecnologia XML e na compreensão geral da norma, que se encontra no idioma inglês. Apesar disto, o uso da EAD é aconselhável e os profissionais devem conhecê-la e aproximarem-se da linguagem XML, a fim de melhor intervir no processo de representação digital dos seus conjuntos arquivísticos (PEIS REDONDO; RUIZ-RODRÍGUEZ, 2004).

Cabe salientar que a possibilidade de normalização e compartilhamento *online* dos produtos das descrições arquivísticas abriu caminhos para a consecução das chamadas redes de arquivos. Estas se tratam de conjuntos integrados de representações digitais de acervos, oriundos de múltiplas instituições de arquivos, que conectados por meio de uma mesma base de dados, permitem o acesso universal às descrições. Silva (2003, p.52) considera esta perspectiva possível “a partir da união de bases de dados com as descrições arquivísticas realizadas pelo mundo, originando um repositório internacional, que permita a descoberta ou a localização de materiais arquivísticos em qualquer lugar do planeta e a qualquer hora”.

A construção de uma rede de arquivos pode parecer, à primeira vista, uma iniciativa bastante audaciosa tendo em vista a ausência de investimentos em recursos humanos e financeiros enfrentados pelas instituições arquivísticas do mundo todo. Sobre esta questão, Real (2004), em artigo que aborda a efetivação da Rede de Arquivos de Portugal, argumenta que o desenvolvimento de um sistema nacional e transnacional de arquivos é um processo longo e de permanente construção, cujos benefícios se tornam exponenciais, de modo proporcional, à percentagem de recursos exigíveis à entidade responsável por sua regulação. O autor afirma que a existência de custos repartidos entre as entidades que fazem parte da rede, bem como a maior abertura e agilidade dos meios, criam uma dinâmica própria, de alcance mais eficiente em relação a um sistema fechado e um ambiente de estímulo à criatividade e à inovação, fruto das próprias características de relacionamentos das partes – as instituições arquivísticas – com o todo – o sistema, ou seja, a própria rede.

De fato, a perspectiva da criação de redes de arquivos representa um grande avanço para a comunidade arquivística, configurando maiores e melhores possibilidades de acesso às informações de arquivos. Todavia, faz-se necessário destacar que a disponibilização digital de instrumentos descritivos padronizados, com alto grau de qualidade, já garante, por si só, uma grande conquista para os profissionais que atuam em arquivos e os usuários destas instituições.

Em síntese, pode-se afirmar que a disponibilização digital de instrumentos de descrição arquivística perpassa por dois aspectos considerados fundamentais: a sua padronização, a qual se dá por meio da utilização de normas de descrição, como a NOBRADE, e a sua codificação para formatos legíveis por computadores, que pode ser viabilizada por meio do uso do padrão de metadados EAD-DTD. No entanto, a disponibilização na *web* destas representações digitais apenas é efetivada a partir da utilização de *softwares* específicos para descrição arquivística.

O mais conhecido e utilizado entre estes, atualmente, é o *software* livre ICA-AtoM, resultado de um esforço coletivo entre o CIA e alguns parceiros e patrocinadores, tais como: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), a Escola de Arquivos de Amsterdam, o Banco Mundial, a Direção dos Arquivos da França e o Centro de Documentação dos Emirados Árabes Unidos. Trata-se de um *software* aplicativo distribuído gratuitamente, com código aberto e disponível para a comunidade internacional. Por se tratar de um *software* livre, contempla liberdades para execução, adaptação, pesquisa, aperfeiçoamento e redistribuição de cópias.

Van Garderen (2009), principal desenvolvedor do ICA-AtoM, define suas principais características: a possibilidade de disponibilização *online* de instrumentos de descrição; o gerenciamento das descrições arquivísticas conforme as normas e padrões do CIA; o fornecimento de interfaces multilíngues; o suporte a vários tipos de coleção; é totalmente baseado na *web*, seguindo as melhores práticas de acessibilidade; é flexível e personalizável; pode ser utilizado em instituições arquivísticas de pequeno e grande porte; e suporta desde implementações simples às mais complexas, podendo ser utilizado como um multi-repositório.

O ICA-AtoM é compatível, desde sua primeira versão, com as normas ISAD (G), ISAAR (CPF) e ISDIAH. Foi adaptado à NOBRADE, em sua versão 1.0.1 beta, em julho de 2008, visto que a norma brasileira apresenta elementos adicionais que a norma ISAD (G) não



contempla. Além disso, a partir da versão 1.0.5 beta, de março de 2009, passou a ter capacidade para importação e exportação completa das descrições arquivísticas usando o padrão de metadados EAD-DTD. No entanto, salienta-se que o ICA-AtoM foi desenvolvido para ser suficientemente flexível para suportar outras normas de descrição. Sua última versão, a 1.2, inclui uma série de novas funcionalidades e recursos, tais como: a criação do módulo de adesão, da pesquisa avançada, da pesquisa global e da substituição de descrições, entre outros.

A seguir, apresenta-se a Conclusão deste trabalho.

## 5 CONCLUSÃO

Este artigo procurou explorar as novas perspectivas geradas às instituições arquivísticas frente às ferramentas tecnológicas, especialmente às relacionadas à descrição em arquivos.

Verificou-se que os espaços informacionais virtuais são recursos a serem utilizados pelos arquivos na divulgação de seus acervos, possibilitando a ampliação de usuários, desencadeando a diversificação de serviços e metodologias, além de exigir a constante qualificação profissional dos arquivistas. Verificou-se que as possibilidades de ofertas de serviços de informação arquivística, por meio de *websites*, são variadas, contudo é preciso ultrapassar a barreira do lugar-comum no que se refere à criação de ambientes virtuais de informação. Isto significa que as instituições arquivísticas devem proporcionar experiências de construção e compartilhamento de conteúdos aos usuários, tendo em vista que estes, como produtos da sociedade da informação, não se contentam apenas em “consumir” informações, mas também almejam interagir e participar dos processos informacionais.

Neste sentido, foram apresentadas, algumas possibilidades, não esgotadas, que a área de descrição em arquivos vem apresentando nos últimos anos. São perspectivas que, se adotadas, podem proporcionar uma maior visibilidade às instituições arquivísticas e um maior alcance em termos de usuários. Sabe-se, no entanto, que os arquivos enfrentam diversos problemas relacionados à ausência de recursos financeiros e humanos que podem dificultar ou impedir que iniciativas de padronização e disponibilização digital de representação de acervos ocorram. Contudo, apesar destes desafios, cabe ao profissional arquivista se tornar ciente e incentivar o uso de normas, padrões e ferramentas tecnológicas, em especial às relacionadas à *web*, para a pretendida universalização do acesso aos arquivos.

Considerando-se as instituições arquivísticas brasileiras, o trabalho buscou apontar possíveis soluções para as questões referentes à normalização e à codificação dos instrumentos descritivos. A NOBRADE foi apresentada como a norma brasileira que pode ser utilizada na padronização dos instrumentos de descrição, visto que se trata de uma norma adaptada à realidade arquivística nacional, porém alinhada aos princípios e pressupostos da ISAD (G).

Já para a viabilização da representação digital de acervos, foi indicada a utilização do padrão de metadados EAD-DTD. Baseada na linguagem XML, a EAD permite o armazenamento, a indexação, a transmissão e a apresentação de dados em sistemas computacionais diversos, preservando a estrutura e garantindo a semântica das informações representadas. Igualmente, a pesquisa verificou que a disponibilização na *web* dos instrumentos descritivos, perpassa ainda pela criação ou adoção de *softwares*, como o ICA-AtoM. A criação das redes de arquivos foi também abordada como uma perspectiva passível de ser implementada, permitindo acessos remotos, integrados e simultâneos às descrições de variadas entidades arquivísticas, por meio de uma mesma base de dados.

Assim, como constatação geral deste trabalho tem-se que a padronização e a codificação digital dos produtos das descrições arquivísticas permitem a criação e a manutenção de instrumentos com alto padrão de qualidade, sendo estes simultaneamente acessíveis e preserváveis ao longo do tempo, ademais de evidenciarem os arquivos como elementos primordiais no exercício da cidadania e da memória social.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.S. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o Projeto Archives Hub. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.2, jul./dez. 2007. Disponível em: <  
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1589> >. Acesso em: 10 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web**: novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras. 2010. 87f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **e-ARQ Brasil**: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 136 p.

\_\_\_\_\_. **ISAAR (CPF)**: Norma Internacional de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.

\_\_\_\_\_. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p.

\_\_\_\_\_. **ISDF**: Norma Internacional para Descrição de Funções. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 76 p.

\_\_\_\_\_. **ISDIAH**: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 88 p.

\_\_\_\_\_. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

DI MAMBRO, G.; RIBEIRO, J.G. Como integrar sítios de instituições arquivísticas num contexto de baixa padronização de suas descrições? In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009. p. 92-96.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n.35, p.47-54, 1993. Disponível em: <  
<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837> >. Acesso em: 15 out. 2009.

EUROPEAN COMMISSION ON PRESERVATION AND ACCESS. **SEPIADES**: recommendations for cataloguing photographic collections. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Art and Sciences, 2003. 248f.

FERREIRA, S.M.S.P.F. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.2, 1995. Disponível em: <  
<http://www.southernct.edu/~brownm/eCV/ISI/Sueli.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

FOX, M. Por que precisamos de normas. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, jan./dez. 2007.

HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.3, 1998. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a07.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2009.

INDOLFO, A.C. Normas e políticas públicas arquivísticas: uma abordagem conceitual. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia, 2008.

JARDIM, J.M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS. **Anais...**Rio de Janeiro: CONARQ, 1999. Disponível em: <  
[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ Mesa/o\\_acesso\\_informao\\_arquivistica\\_no\\_brasil.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ Mesa/o_acesso_informao_arquivistica_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2010.

LEÃO, F. C. **A representação da informação arquivística permanente**: a normalização descritiva e a ISAD(G). 2006. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOPES, L. C. **A imagem e a sombra da Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do RJ, 1996.

MARCONDES, C.H. Metadados: descrição e recuperação de informações na web. In: MARCONDES, C.H. et al (Org). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. 2ed. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2006. cap.2, p.95-111.

MÁRDERO ARELLANO, M.A. **Metadados**: dados a respeito de dados. [2007]. 33 diapositivos, color.

MIRANDA, A.L.C. de et al. Os conteúdos e a sociedade da informação no Brasil. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v.1, n.5, out. 2000. Disponível em: <  
[http://www.dgz.org.br/out00/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/out00/Art_03.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2010.

NEGREIROS, L.R.; VASCONCELOS, A. Um homem bateu em minha porta e eu abri (?): uma avaliação dos serviços de referência e da acessibilidade dos *sites* de instituições públicas arquivísticas. In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES

ARQUIVÍSTICAS, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009. p. 80-91.

OLIVEIRA, L.M.V. de. O usuário e o uso da informação arquivística na web. In: [CONGRESSO de Arquivologia do Mercosul, 7., Viña Del Mar: Associação dos Arquivistas do Chile, 2007]. Disponível em: < <http://www.asocarchi.cl/DOCS/88.PDF> >. Acesso em: 10 mar. 2010.

PEIS REDONDO, E; RUIZ-RODRÍGUEZ, A.A. EAD (Encoded Archival Description): Desarrollo, estructura, uso y aplicaciones. **Hipertext.net**, Barcelona, n.2, 2004. Disponível em: < <http://www.upf.edu/hipertextnet/numero-2/ead.html> >. Acesso em: 20 set. 2011.

REAL, M.L. A rede nacional de arquivos: um desafio no século XXI. **Cadernos BAD**, Lisboa, n.1, 2004. Disponível em: < <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12004/Figueiredo.pdf> >. Acesso em: 01 set. 2009.

RODRIGUES, G.M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, G.M.; LOPES, I.L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 210-230.

SÁ, I.P. de. **A face oculta da interface**: serviços de informação arquivística na web centrados no usuário. 2005. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e da Comunicação em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, R.C.P. **A divulgação de informações na internet e a normalização da descrição arquivística**. 2003. 73f. Monografia (Especialização em Computação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Statement of Principles for the CUSTARD Project. Disponível em: < <http://www.archivists.org/news/custardproject.asp> >. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Encoded Archival Description (EAD-DTD)**. Chicago, 2002. Disponível em: < <http://www.loc.gov/ead/ead2002a.html> >. Acesso em: 08 ago. 2011.

TOGNETTI, M. A. R. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Instituto de Física de São Carlos, 2006. Disponível em: < [http://sbiweb.if.sc.usp.br/metodologia\\_pesquisa\\_cientifica.pdf](http://sbiweb.if.sc.usp.br/metodologia_pesquisa_cientifica.pdf) >. Acesso em: 28 out. 2009.

VAN GARDEREN, P. The ICA-AtoM project and technology. In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009. p. 80-91.